



MIGUEL TAMEN

ERRO EXTREMO

Ensaio do *Observador* (2014-2016)

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
M M X V I I

*Je parle à tous; et cette erreur extrême
Est un mal que chacun se plaît d'entretenir.*

JEAN DE LA FONTAINE

© 2017, Miguel Tamen
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Erro Extremo*
Autor: Miguel Tamen
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Janeiro de 2017

ISBN 978-989-671-341-6
Depósito Legal n.º 414782/16

ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	9	Estar em minoria	59
Liberdade de expressão	11	Experiência	61
O acordo ortográfico	13	Inexperiência	63
O alegado assassino	15	Introdução ao estudo	
O mistério da educação (I)	17	da cultura portuguesa	65
Turistas e nativos	19	Promessas	67
A Grécia de Fernando Santos	21	Imaterial e imemorial	69
O fim do Boletim		Bordas de alguidar	71
Meteorológico	23	O mistério da educação (III)	73
O princípio de Albertina	25	A natureza	75
Política sem graça	27	O fim do mundo	77
História antiga	29	As relações humanas	79
Omnipotentes e invisíveis	31	Portugueses por afinidade	81
Patriotismo	33	As relações políticas	83
Pratos especiais	35	Duas maneiras de andar a pé	85
O povo e a galinha	37	Pela última vez	87
A arte	39	O circo mau	89
O português errante	41	As famílias e as empresas	91
Três tiros	43	Os exilados românticos	93
Hipocondria	45	Assuntos amor-de-mãe	95
Sofrer por motivos errados	47	Perante a lei	97
O mistério da educação (II)	49	Dentaduras e enterros	99
Sair de Portugal	51	Manuais de instruções	101
Cumplicidade	53	Direitos	103
Causas políticas e listas		A lusofonia	105
de compras	55	Fazer, ter e acontecer	107
Frases imortais	57	O mistério da educação (IV)	109

O excêntrico	111	O ponto de vista da porteira	171
A senhora de benfica	113	Auto-confiança e auto-ajuda	173
Introdução ao estudo do cinema	115	Pensar o futuro	175
Os limites da discussão	117	O presente na vida moderna	177
O teste de turista	119	Poder e dever	179
Pessoas e nêspas	121	A política da língua	181
Coisas que se guardam	123	Pela segunda vez	183
A palavra «bastante»	125	O fim da admiração	185
As melhores referências	127	Meios, motivos e oportunidade	187
O estilo internacional	129	O mistério da educação (VI)	189
O que alguém está a fazer	131	A favor da desertificação do interior	191
Macaco obtém	133	O verbo «ouvir»	193
O tamanho de uma democracia	135	A endogamia	195
O motivo do pequeno-almoço	137	A preparação necessária	197
A questão da bagagem	139	A mudança	199
A falta de condições	141	Os afectos	201
Os tesouros dos outros	143	A rocha tarpeia	203
Os dejectos dos outros	145	Cara de retrato	205
A curva de Canstatt	147	As energias alinhadas	207
O mistério da educação (V)	149	A minoria silenciosa	209
Invenções sem inventor	151	O mistério da educação (VII)	211
O actual inquilino	153	Há poucos problemas morais	213
O triunfo da amabilidade	155	O pano de fundo	215
O agente secreto	157	A autobiografia moderna	217
O adjectivo «cidadão»	159	Os pais da pátria	219
O tom	161	Deus e a companhia do gás	221
Os quatro estádios da filantropia	163	Ajuda aos profissionais	223
A teoria da namorada	165	Nomes de receitas	225
Pessoas aos pares	167	O desporto favorito dos jornalistas	227
Notas de sonhos	169	Uma viagem de táxi	229

PREFÁCIO

Este livro contém todos os ensaios que escrevi para o jornal *Observador* entre Maio de 2014 e Junho de 2016. Rui Ramos foi quem generosamente me convidou a escrevê-los, e quem quis publicá-los logo a partir da primeira sexta-feira. Os ensaios são aqui republicados pela sua ordem original, como foram pensados, e para onde foram pensados.

Escrever ensaios para um jornal implica a convicção de que é possível falar para muita gente; essa convicção é o erro a que alude o título deste livro. O erro é no caso dos jornais modernos aumentado por um segundo erro, que muitos autores e leitores cometem, que é o de imaginarem que os outros estão sempre interessados nas suas opiniões. O resultado cruzado destes dois erros é a ideia de que a liberdade de expressão resulta da soma das opiniões partilhadas por todos com o dever de ter opiniões sobre tudo.

No primeiro ensaio da série defendi, e continuo a defender, que o melhor exemplo de liberdade de expressão é pelo contrário não sentirmos a obrigação de ter opiniões sobre todas as coisas; e também não nos sentirmos lisonjados quando as opiniões dos outros coincidem com as nossas. Todos os ensaios neste livro ilustram as duas teses, embora nem sempre da mesma maneira.

M.T.
Junho de 2016

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Tal como uma iogurteira recebida por acaso ou por perfídia nos cria a obrigação de fazer iogurte, assim não parece ser imaginável usar a internet sem ao mesmo tempo desenvolver opiniões firmes sobre os assuntos mais variados. De facto, nunca tantos tiveram tantas opiniões, e nunca o intervalo entre espasmos e prosa foi tão curto. É de esperar progresso moral e avanço do conhecimento.

Apesar de como toda a gente ter periodicamente opiniões, a minha condição normal é a de não ter opinião sobre muitas coisas. Até há relativamente pouco tempo consolava-me com a ideia de que os outros não eram diferentes de mim. Hoje não estou tão certo: os meus colegas de espécie fizeram progressos que eu não consegui acompanhar. Aqueles a quem como eu falta a imaginação praticam ainda actividades em desuso como a confiança em terceiros, a admiração pela prosa, e de um modo geral aquilo a que os melhores chamaram a sabedoria da insegurança.

Desde que tenham tido a sorte de não nascer ou viver em certos sítios, os que não têm grandes opiniões sobre a maior parte das coisas são quem mais aprecia a liberdade de expressão. Nalguns casos dizem o que têm a dizer e explicam porquê; mas na maior parte dos casos não têm de dizer nada: e isso não tem preço. Não confundem liberdades com direitos, e não confundem direitos com deveres. Não sentem a obrigação de ter opiniões ou pelo menos o dever de as exprimir com regularidade. Não sentem a

liberdade de expressão como um problema que precise de ser resolvido mas como uma condição congenial e benfazeja.

Fala-se normalmente sobre liberdade de expressão de modo aguerrido e lacrimoso, como uma coisa sempre ameaçada e muito querida. Confunde-se ter opiniões com uma virtude, ou com um reflexo fisiológico. «Não posso fazer outra coisa», disse famosamente Lutero, que imaginava que a liberdade de consciência era ao mesmo tempo como ser corajoso e como ficar com pele de galinha. Esquece-se no entanto que ter opiniões não é necessariamente ter opiniões verdadeiras. Pense-se antes na liberdade de expressão como um par de botas de borracha arrumadas num canto. Num daqueles raros dias de dilúvio fazemos o esforço de as calçar. Por estes dias normais, porém, quando saio à rua, os meus passos de gazela contrastam singularmente com o andar pesado dos meus antigos colegas de espécie.

O ACORDO ORTOGRÁFICO

Acho o Acordo Ortográfico uma má ideia, e acho a ideia de acordo ortográfico ainda pior. Não sou dado a assinar abaixo-assinados, e devo ter assinado vários sobre o assunto. Sou parte de uma acção que pede a suspensão da sua aplicação. E no entanto, apesar de não concordar com o acordo, não concordo com muitos dos argumentos que são usados contra ele.

Há várias coisas que nem este nem nenhum acordo alguma vez fará: em primeiro lugar, não vai transformar o que se escreve em qualquer das variedades de português em coisas com sentido, e muito menos em coisas inteligentes; em segundo lugar, não vai tornar mais compreensível a um brasileiro os barulhos linguísticos que se fazem em Portugal; em terceiro lugar, não vai criar nenhum mercado único para coisa nenhuma e muito menos para livros; em quarto lugar, não vai transformar o português naquilo que nunca foi, a saber, uma língua mundial.

Os opositores do acordo têm argumentos de vários tipos. Alguns defendem que o acordo foi feito de forma inepta (o que é verdade); outros, que está a ser aplicado de forma ilegal (o que também me parece persuasivo); outros acham que estão a defender a língua portuguesa (o que acho uma fantasia); e outros ainda acham que o estado não tem o direito de legislar sobre interesses comuns (o que acho um exagero).

Destes argumentos, os dois últimos são péssimos e aliás o primeiro deles também é usado por devotos do acordo. A expressão «defender a língua», tão repetida por ambos os lados, sugere actividades heróicas; mas ninguém sabe exactamente em que consistem. Se quer dizer «pôr mais pessoas a escrever de uma única maneira», seria melhor começar por proibir os erros de ortografia nas normas usadas (e já agora ilegalizar a ignorância); se quer dizer «pôr mais pessoas a falar a língua», não se percebe como uma norma ortográfica pode encorajar o congresso entre humanos; se quer dizer «tornar mais provável a aceitação da língua como língua de trabalho em grandes organizações internacionais», não há grande vantagem: a língua de facto nesses meios, a que por analogia se chama inglês, tem apenas o defeito de não ser inteligível para falantes de inglês. Por pudor deixo de parte o argumento sobre a tirania do estado.

A razão por que nenhuma lei sobre a ortografia é adequada é apenas que a ortografia é um hábito inofensivo. Não prejudica ninguém, e é vivida por muitas pessoas como uma espécie de segunda natureza a respeito da qual ninguém pensa dois segundos. É uma maneira de fazer as coisas com que as pessoas se sentem confortáveis e que não ofende crenças ou convicções. E, mais importante, é uma maneira de fazer as coisas para cuja alteração não existe um único argumento razoável. São estes hábitos que tornam possíveis os estados. Os estados não devem legislar sobre estas coisas.

O ALEGADO ASSASSINO

Há jovialidade antiquada em dizer que uma pessoa que matou o pai é um assassino. Em matérias de crime, o uso actual parece ser porém o de referir suspeitos de parricídio por meios reticentes. A pessoa que se acredita que matou o pai é assim também conhecida por «alegado assassino». A palavra «alegado» sugere profundidade, mas não se percebe bem.

Quando dizemos que uma pessoa que matou o pai é um assassino queremos dizer que é nossa convicção que a pessoa de que estamos a falar matou o pai; e que quem mata o pai é um assassino. As nossas convicções são muitas vezes afectadas por aquilo que ouvimos ou lemos. Podem ser certas ou erradas, e muitas vezes pagamos com embaraço, vergonha ou dinheiro convicções que tivemos, especialmente se as exprimimos em público. Uma sentença de um tribunal pode afectar, mas também pode não afectar, as nossas convicções. E, claro está, as nossas convicções de civis não são uma boa maneira de mandar os outros para a prisão ou de nos livrarmos deles.

O conhecimento jurídico na perspectiva do utilizador é um bem abundante. Como cada vez mais civis, e aliás mesmo juristas, o demonstram sem reboço, haverá sempre à mão quem nos explique com intensidade apaixonada que ninguém ou nada realmente é coisa nenhuma (vz. um assassino, um pedófilo, uma vítima), pelo menos até uma qualquer outra coisa ter acontecido — e essa

coisa é que é linda. Tal será, suponho, o significado aproximado da igualmente opaca expressão portuguesa, que em mim evoca uma ideia difusa de veículos pesados, «ter transitado em julgado». Como, por razões jurídicas e até filosóficas, a qualquer coisa raras vezes acontece essa felicidade, há licença para usar o título honorífico «alegado» a respeito de tudo e para sempre («Bruto, o alegado assassino de Júlio César», «Abel, alegada vítima de Caim», ou mesmo, nas palavras do Vate, «Vi alegadamente visto»).

Estes usos de «alegado» não se devem a um amor entranhado por direitos e garantias. Mostram antes afeição por pessoas conhecidas do grande público, um certo medo da justiça e, sobretudo, respeito irrazoável pela possibilidade de nada ser como acreditamos que de facto é. Estou no entanto em posição de sossegar os utentes. Em relação às pessoas conhecidas, normalmente não as conhecemos. Em relação à justiça, sendo as coisas como são, nada indica que nos tenhamos de preocupar tão cedo. Em relação à possibilidade de nada ser como acreditamos que de facto é, ao acreditarmos nela deixamos de a tomar a sério. É por isso uma possibilidade em que não adianta acreditar. Em qualquer caso, «alegado» não serve para nada; e «assassino» não será má palavra para descrever uma pessoa que, tanto quanto se pode acreditar, matou o pai.

O MISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (I)

Três ou quatro vezes por ano o Ministério da Educação organiza festivais que permitem ao público (e ao *Público*) supor que a sua existência faz parte da ordem natural das coisas, como a chuva e os números primos. Os mais animados são os exames nacionais, a colocação de professores e o acesso à universidade. A relação entre estas festas e a educação permanece misteriosa. Ninguém concluiria da necessidade da agro-pecuária simplesmente porque uma vez por ano se cantassem as janeiras ou matasse um porco.

Como todos os mistérios, o da educação sugere que tudo neste mundo está ligado e é indispensável; e que da menor janeira depende a sorte da humanidade. Existem muitos cientistas e funcionários do mistério que consideram que a supressão de qualquer festividade seria tão grave como o desaparecimento de um costume milenar, por exemplo o genocídio ou o foliar da Páscoa. Para clarificar o mistério da educação é preciso começar por tentar separar as coisas que nos garantem que estão ligadas, e depois perceber as que podem ser eliminadas sem inconveniente. A reforma da educação consiste na eliminação gradual do mistério da educação.

Uma das ligações mais perniciosas é a ligação entre ensino secundário e ensino superior, precisamente celebrada nas festas do acesso à universidade. Começa a ser insinuada três anos antes, quando é pedido a pessoas de quinze anos que imaginem como vai ser o resto da sua vida; e que suprimam dos seus estudos aquilo

que amam menos. Se porventura não se regista aversão às ciências biológicas, é declarado o interesse de uma carreira médica. O talento reiterado para a medicina deve-se ao facto de o estado garantir sustento a quem como único mérito mostrou ser capaz de ter boas notas a matemática quando não tinha a menor ideia daquilo que estava a fazer. Trata-se de um caso de discriminação que nunca vi denunciar por ofensa ao princípio constitucional da igualdade.

A escolha infantil torna a vida mais em conta para contribuintes, professores, universidades e alunos: diminui os custos e não aumenta o esforço. Infelizmente, escolhas sem razões não são bem escolhas. Esta limita-se a recompensar espasmos de terror e piedade, e a encorajar uma visão grosseira e primitiva daquilo que a vida de uma pessoa pode ser: um emprego.

Imagine-se a seguinte possibilidade: deixar as pessoas concluir o ensino secundário. Um pouco antes, deixá-las candidatar-se a qualquer curso que queiram, independentemente do seu currículo e das suas notas. E depois deixar as universidades escolher os seus alunos, pelo método que melhor entenderem, convenientemente anunciado. Para concluir, deixar os alunos, nessa altura já com dezoito anos, escolher qual das universidades em que foram aceites vão frequentar. O fim do feriado anual do acesso à universidade contribuiria para diminuir o mistério da educação.

TURISTAS E NATIVOS

Com o chegar dos turistas chega também a estação em que os nativos se queixam deles. Nestas queixas há muitas vezes um tom político. O sonho de qualquer nativo é poder ser cosmopolita em férias e xenófobo em público. Por prudência, todavia, costuma ser xenófobo em privado e desconfiado em férias.

Uma acusação frequente a turistas é a de que estão por definição numa posição em que nunca percebem completamente os nativos; e que por isso a sua mera presença é um acto de injustiça e um insulto reiterado aos nativos que lhes fizeram o favor de existir. Pondo de parte a questão de saber se haverá aqui qualquer coisa que valha a pena perceber, os argumentos são de dois tipos. O primeiro é o de que os turistas não se demoram nos sítios o tempo que é preciso para perceber alguém. O segundo é o de que os turistas são estrangeiros.

A estas acusações vale a pena observar que também não é frequente os nativos dedicarem muito tempo a perceber os outros nativos; e que tal não os impede de produzir reiteradamente opiniões sobre eles, como aliás sobre todos os turistas. Com efeito, os nativos também estão em contacto com os turistas durante muito pouco tempo. A segunda acusação sugere entretanto que só os portugueses percebem bem os portugueses. Intima um comércio particular com aquilo que há a conhecer e uma grande aptidão

para a verdade. Será que a extraordinária perspicácia dos portugueses se deve a serem quase todos portugueses?

O tom político destas queixas está ligado a outra coisa, mais geral, muito característica dos que dividem o mundo desta maneira. Trata-se da fantasia de que só eu sei certas coisas acerca de mim, de que só eu posso conhecer-me bem, e de que ninguém tem o direito de me conhecer melhor que eu próprio. Esta fantasia resulta da ideia de que eu sou uma espécie de nativo de mim próprio, combinada com a ideia de que todas as opiniões alheias sobre mim são reprováveis. Consiste em ver todas as nossas interações com as outras pessoas como uma ameaça à independência nacional.

Tal fantasia é no entanto desmentida todos os dias pelos erros grosseiros de apreciação que cometemos a respeito de nós próprios (mesmo apesar de alguns de nós serem portugueses) e pela experiência, que todos já tivemos, de alguém que não nos poderia conhecer muito bem, chamemos-lhe um turista, descrever com verdade e minúcia aquilo que nunca conseguimos ver a respeito de nós próprios. O espanto e a surpresa que ao longo das nossas vidas já pudemos experimentar em relação aos variados turistas deviam fazer-nos pensar mais vezes antes de os mandarmos entre dentes para as respectivas terras.

A GRÉCIA DE FERNANDO SANTOS

Tenho ouvido várias vezes a expressão «a Grécia de Fernando Santos». Imagino que quem a usa querará dizer ou que a Grécia pertence a Fernando Santos ou, mas menos provavelmente, que Fernando Santos pertence à Grécia. Claro está que, se a palavra «pertence» for tomada no sentido normal, nem a Grécia pertence a Fernando Santos nem Fernando Santos pertence à Grécia. Mas um problema parecido continuaria a levantar-se nas expressões populares «a Grécia de Sófocles» e «o Portugal de Isabel dos Santos».

É irrazoável esperar que Fernando Santos inclua a Grécia na sua declaração de património. A expressão «a Grécia de Fernando Santos» serve antes para identificar a Grécia através de uma sua característica ou atributo. «Fernando Santos» é o nome desse atributo. A expressão é parecida com «Aveiro dos ovos-moles», ou «O rapaz da camisola verde», embora com uma diferença. Tal como a expressão «Aveiro do *Apfelstrudel*» é normalmente usada na Áustria para descrever Aveiro por meios vienenses, a expressão «a Grécia de Fernando Santos» é usada em Portugal para descrever a Grécia por meios portugueses.

Não é invulgar descrever uma coisa que não conhecemos com a ajuda de atributos que nos são familiares. Em Portugal chama-se a Aveiro Veneza portuguesa. Por outro lado, é menos frequente chamar a Veneza Aveiro italiana. A razão é fácil de perceber:

ERRO EXTREMO

FOI COMPOSTO EM CARACTERES HOEFLER TEXT
E IMPRESSO PELA RAINHO&NEVES, SOBRE
PAPEL CORAL BOOK DE 80 G,
EM DEZEMBRO DE 2016.